

COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJe
Ata de Reunião

Data: 30.09.2016

Local: Salão Nobre da Presidência

Presenças:

Des. João Pedro Silvestrin, Presidente da Comissão de Informática;
Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi, Juiz Auxiliar da Presidência;
Procurador Paulo Joarês Vieira, Procurador do Trabalho;
Dr. Carlos Thomaz Avila Alborno, Advogado indicado pela OAB;
Ingrid Renz Birnfeld, Advogada indicada pela OAB;
Jeferson Andrade, Assessor-técnico da ASSTECO;
Gabriel Pacheco dos Santos, Diretor de secretaria da 15ª VT;
Onélio Luis Soares dos Santos, Secretário-geral da SEGJUD;
Pablo Paulo Lopes Barros, Assessor da SETIC, representando Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da SETIC;

Convidados(as):

Adriana Rizzolli, Coordenadora do CCDF de Porto Alegre;
Fábio de Oliveira Garcia, servidor da SETIC;
Gabriel Pereira Borges Fortes Neto, Diretor da SECOM.

Secretário(a): Rodrigo Menezes Citrin (AGE)

Hora de início: 11h e 08min

Hora de término: 12h e 10min

Aos trinta dias de setembro de dois mil e dezesseis reuniu-se o Comitê Gestor Regional do PJe-JT. O Des. Silvestrin abriu os trabalhos informando que o Tribunal não encaminhou os pleitos de melhorias devido o envolvimento dos programadores em trabalho remoto com o sistema PJe. Passou às sugestões de desenvolvimento para deliberação:

a) Demandas do Primeiro e Segundo Grau: adoção de funcionalidade que permita o registro e a restrição de acesso de advogados impedidos de atuar por sanções administrativas impostas pela OAB - **demanda aprovada para implementação**.

b) Demandas do Segundo Grau:

i) Intimações dos acórdãos no DEJT e via sistema em lote. Atualmente, o usuário precisar realizar todos os passos para as intimações processo a processo. A sugestão é que a assinatura seja feita em lote. **Sugestão aprovada**.

ii) Certidão de disponibilização e publicação no DEJT em lote – **aprovada**.

iii) Automatizar o resultado de sessão (RESU) – **aprovada**.

iv) Atualmente somente é possível criar subpastas com filtro pela tarefa anterior, em tarefas do mesmo fluxo. Portanto, a melhoria é para possibilitar a utilização do filtro “tarefa anterior” para tarefas de outros processos (subfluxos) – **aprovada**.

c) Demandas do Primeiro Grau:

i) Inclusão automática de zeros à esquerda a localização de processos. Pablo explicou que a sugestão é para que o sistema complete os zeros faltantes quando o usuário deixar de inserir o número completo do processo, uma vez que a versão 1.13 passou a exigí-lo – **sugestão aprovada**.

ii) Criação de um perfil específico para estagiários com maiores poderes do que o disponibilizado atualmente. Jeferson informou que esta é uma demanda unânime de todo o primeiro grau. A ideia é um perfil onde os estagiários possam acessar e trabalhar nos processos, contudo sem permissão para assinar documentos. Gabriel ponderou que o perfil deveria permitir a assinatura de documentos também, igual àqueles dos servidores. Os demais manifestaram receio para a concessão de tal permissão, além de questionarem a obtenção de aprovação do CSJT. Des. Silvestrin sugeriu que o perfil de estagiário tenha as mesmas permissões de acesso do perfil de assistente de advogado – **sugestão aprovada**.

iii) Seleção do juiz da causa no momento de cadastramento do processo físico no CLE – **aprovada**.

iv) Disponibilização no site do valor do débito atualizado para consulta pelo devedor. Pablo informou que esta é uma demanda recebida de um servidor. Após debate entendeu-se que tal informação não deve ser disponibilizada abertamente no site do Tribunal. Gabriel informou que a relação entre VTs e advogados se encontra desconfortável com o sistema do modo como está. J. Andréa sugeriu que o Comitê reforce o pedido de criação do módulo de atualização de cálculos no sistema PJe. **Melhoria sobrestada para análise futura e sugestão da J. Andréa aprovada**.

v) Exibição de forma destacada a data da próxima audiência, na tela detalhes do processo – **aprovada**.

vi) Encaminhamento automático pelo PJe para a tarefa “Análise de Conhecimento” (ou outra fase) dos processos que tenham sido equivocadamente colocados na tarefa “Aguardando Audiência”. Jeferson explicou que o sistema somente encaminharia aqueles processos que fossem colocados na pasta “aguardando audiência” sem ter uma data designada para tal. – **Melhoria aprovada**.

vii) Facilitação da consulta aos autos pela reclamada após o recebimento da notificação inicial. Des. Silvestrin reforçou que este assunto deverá ser abordado no próximo curso ministrado sobre PJe aos advogados. Onélio aventou a utilização de um código de barras. Pablo sugeriu que a criação de uma senha provisória a ser utilizada pela Reclamada para acessar os dados do processo. Jeferson sugeriu a criação de uma chave definitiva para cada processo, permitindo o acesso ao processo por ambas as partes. – **Aprovado o encaminhamento da melhoria para a criação de uma chave definitiva para cada processo**.

viii) No acervo geral, exibir o campo data da última movimentação e permitir ordenar por esse campo. – **Será analisado o aspecto técnico e impacto de performance para fins de encaminhamento ou não da proposta pelo Comitê**.

ix) Que a consulta aos processos, por parte dos advogados, permita filtrar processos ativos ou arquivados, ou por fase, podendo ser organizados por data de distribuição, data de audiência ou por jurisdição. – **Aprovada que a exibição seja separada em processos ativos e arquivados**.

Versão 1.13.0: Des. Silvestrin informou que a programação será para implementar a nova versão no final de semana do dia 15 de outubro. Pablo informou que foram realizados os testes necessários e que foi recebida a versão em questão para

implementação no Tribunal. Apresentou as melhorias vinculadas à nova versão: a) nova ferramenta para assinatura digital – PJeOffice; b) ícone de entidade representada por Procuradoria; c) melhorias na aba de audiência; d) tamanho da listagem dos painéis e da capacidade máxima para atividades em lote; e) adequação das classes processuais do PJe-JT às mudanças decorrentes do novo Código de Processo Civil; e f) melhorias para o Jus Postulandi. Explicou o sistema SAOPJe, para elaboração de relatórios gerenciais pelos gestores.

Pablo informou que os testes para sanar o problema com a notificação do MPT, quando este se encontra nos dois polos da ação, serão retomados. Dr. Paulo relatou que há diversos cadastros do MPT no PJe, sendo que somente um recebe as notificações. Sugeriu que aqueles em desuso sejam retirados do sistema. Jeferson informou que está em implementação sistema que permitirá a exclusão/limpeza de cadastros indevidos no PJe. Des. Silvestrin abordou o pedido de melhoria para a utilização do software JAWS por advogado deficiente visual seja possível no PJe. Pablo informou que foram realizados novos testes, não sendo plenamente compatível com o PJe. Acrescentou que, em consulta ao CSJT, foi informado que somente a partir de determinada versão do JAWS haveria compatibilidade. **Pablo dará retorno ao advogado informando que a melhoria está em estudo.** Pablo explicou que, aproximadamente, 20% das VTs de Porto Alegre estão solicitando digitalização à CAP, uma vez que a partir de janeiro/2017 será obrigatório o cadastramento dos processos no PJe. Adriana explicou houve a publicização de uma petição marcada como sigilosa na consulta pública. Fábio informou que o TRT4 não tem autonomia para intervir no programa da consulta pública. **Será encaminhada demanda junto ao JIRA com pedido de melhoria.** Des. Silvestrin consultou acerca da autorização para realização de palestra aos advogados no mês de novembro. **Palestra autorizada.** Jeferson tratou de uma demanda da CCDF de Caxias do Sul para que torne mais efetiva a funcionalidade de unificação de endereços do PJe. A sugestão é que quando houver um procedimento de unificação cadastral o sistema vinculasse a todos os processos o endereço assinalado como válido. **Sugestão aprovada. Adriana ficou autorizada a incluir o CNPJ nos cadastros ausentes**, para sanar o problema do PJe que impede o cadastro de reclamada quando a parte tenta cadastrar uma que já existe no sistema sem o respectivo CNPJ. **Próxima reunião agendada para 24 de novembro de 2016, às 14h e 30min, no Salão Nobre da Presidência.** Reunião encerrada às 12h e 10min. Ata subscrita por mim, Rodrigo Menezes Citrin, Assistente da AGE, e remetida eletronicamente aos presentes para validação.